



Anais da Assembléia

Nº 159

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Tólio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Viela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Marfion; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas Jr. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Costa Quintana - **Secretário de Estado - Casa Civil:** José Durval Mattos do Amaral - **Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social:** José Antonio Junior - **Secretário de Estado de Esporte e Turismo:** - • **SUPLENTE** no exercício de mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1992
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Maia e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Felix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Albino Corazza, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Ernani Pudell e Mário Bezerra (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Of. nº 108/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, comunicar a Vossa Excelência, que estarei ausente das sessões da próxima semana (dias 9 a 12), tendo em vista compromissos assumidos com autoridades estaduais que estarão em visita à região que represento.

Assim sendo, contando desde já com sua compreensão, solicito nos termos do Regimento Interno, justificar minha ausência.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, meus protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

OFÍCIO Nº 515/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de solicitar, através do presente, justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares neste dia 09 de novembro, tendo em vista compromissos inadiáveis assumidos na região noroeste do Estado.

Certo de poder contar com a compreensão de Vossa Excelência, antecipo sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) MARIO BEZERRA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1705-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 280/92, que declara de utilidade pública a Fundação Cultural, Educacional e Assistencial São Marcos.

Sala das Sessões, em 09.11.92

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO Nº 1705-D

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a reinclusão na Ordem do Dia de 10 de novembro do corrente ano, do Projeto de Lei nº 172/92.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1705-I

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) BASILIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO Nº 1705-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja

Curitiba, segunda, em 09.11.92

feito a consignaçaõ na Ata dos trabalhos da sessãõ de hoje, voto de congratulações e aplausos ao ilustre Médico Paranaense e ex-Deputado Estadual Haroldo Ferreira, empossado em data de 09.11.92 do ano em curso, como Presidente da Fundação Nacional da Saúde.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Em data de 09 de novembro do ano em curso, toma posse o médico e ex-Deputado Paranaense Haroldo Ferreira, como novo Presidente da Fundação Nacional de Saúde, é motivo de muito orgulho para o Estado do Paraná, participar com a competência e austeridade do Dr. Haroldo Ferreira, o qual eleva mais uma vez o conceito do Estado do Paraná, no âmbito da Nação Brasileira.

É portanto motivo de contentamento para esta Casa, associar-se as congratulações que são merecidamente manifestadas ao ilustre Médico Paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1705-B

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, em atribuições que lhe é conferida pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Moacir José Favetti, solicitando, em nome de todos os moradores do Núcleo Residencial Santa Maria, município de Ponta Grossa, sejam procedidos estudos técnicos que viabilizem, ao menor prazo de tempo possível, dotar com nome próprio a cadeia pública de Ponta Grossa. Tal denominação homenagearia personagem emérito já falecido que haja prestado serviços relevantes à segurança pública paranaense.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Conforme relato dos moradores do Núcleo residencial Santa Maria, onde está localizada a Cadeia Pública de Ponta Grossa, a simples presença do prédio, logo a via de acesso ao bairro, já é motivo de tormento. Hoje em Ponta Grossa, Santa Maria é sinônimo de presídio, cadeia, detençaõ, quando a localidade é uma das mais pacatas da cidade, apesar de um dos núcleos mais populosos do Estado. A sina, para os moradores, em nome dos quais apresentamos esta propositura, é inconveniente e triste. O receio permanente de fugas de presidiários alia-se a uma imagem que não desejam os moradores do Santa Maria, sempre citado quando referências são feitas a crimes e detenções. Dar nome próprio à cadeia é o que desejam os moradores, na tentativa de modificar esta co-relação, numa

aspiração até justa de quem está obrigado a conviver 24 horas do dia com uma cadeia pública em seu bairro de morada.

REQUERIMENTO Nº 1705-E

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER: envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício da República do Brasil, Itamar Franco; e ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero Vasconcelos, solicitando o imediato afastamento da atual diretoria da Eletrosul e da Fundação Elos.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A direção das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL, presidida pelo engenheiro Amílcar Gazaniga, e da Fundação ELOS, tem sido alvo de graves denúncias sobre a desastrosa administração que vem realizando. Está comprovado seu envolvimento nas negociatas dos Fundos de Pensão Estatais através da compra de ações da SADE (Sul Americanã de Engenharia S/A). Estas transações deram origem à uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como "CPI do PP", que recentemente aprovou a quebra do sigilo bancário do senhor Amílcar Gazaniga e de três dirigentes da Fundação Elos. Estes fatos comprovam o envolvimento destas direções com os atos imorais praticados durante o governo Collor. Reforça este requerimento atitudes tomadas pela direção da Eletrosul como a que proíbe a entrada na empresa dos representantes legítimos da sua categoria funcional, afrontando a Constituição Federal e demonstrando um retrocesso nas relações democráticas que o povo brasileiro tenta solidificar. Por estes motivos, pelo absoluto descaso com que é tratado o patrimônio social e funcional público, solicitamos o imediato afastamento das direções da Eletrosul e da Fundação Elos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 328/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Criança Esperança de Carlópolis.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário à presente lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Criança Esperança é entidade já reconhecida de Utilidade Pública

através do projeto de lei em tela, de
monstra seus agradecimentos a esta classe
técnica, que cumpre brilhantemente, com
sua finalidade social. em: 04.11.92.

Senhor Presidente,

do presidente, quando retornar para a ausência. Passa-se à ordem do dia.

tri, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias no período de 09 a 12 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região. -A Df retoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado.- A Diretoria Legislativa. Projeto de Lei nº 172/92. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós
são com referência ao projeto 66/92,
mas também com referência aos projetos
573/91, 013/92 e 090/92, nós queremos di-
zer a este Plenário que a nossa Banca
não se oporá à apreciação dos meios de
aprovação porque entendemos que os méritos
destes projetos alcançam realmente o re-

PROJETO DE LEI N.º 329/92
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(3) CORRADIANTINO DA SILVA - Pitti

tivos, e tem como objetivos desenvolver assistência médica, neurológica, social, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica e terapêutica ocupacional, para crianças portadoras de deficiência motora, mental ou de linguagem, razão pela qual solicitamos o fundamental apoio dos nobres parlamentares à aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 330/92
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

Art. 1º - Fica instituído o dia Estadual do Protético Dentário.

Art. 2º - A data a que se refere o artigo anterior, será comemorada no dia 09 de novembro de cada ano.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.92.
(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A profissão de protético dentário foi devidamente regulamentada pela Lei nº 6.710/79, de 05 de novembro de 1979, data em que a presente iniciativa legislativa tomou origem, para a comemoração do "Dia do Protético Dentário".

O Técnico em Prótese Dentária, uma categoria profissional que faz parte da classe odontológica, não possui, como as demais categorias de Médicos, Dentistas, Advogados, etc..., o seu dia de comemoração, e fazem juz, pois prestam relevantes serviços à população, levando saúde a quem necessita e a comunidade paranaense.

paldo deste Plenário.

Nós, evidentemente, quando discutimos a constitucionalidade, não obtivemos sucesso naquela ocasião para rejeitar os projetos, porque entendemos nós, nossa assessoria e outros Deputados que estes projetos ferem princípios constitucionais. Então por esta razão, Sr. Presidente, hoje estamos discutindo o mérito destes projetos e não constitucionalidade ou coisa parecida. E por esta razão nós vamos dar aprovação, mas acreditamos, na nossa avaliação, que estes projetos, pela inconstitucionalidade que apresentam, serão vetados pelo Governador do Estado, e pela ocasião da apreciação do veto o nosso comportamento será pela manutenção do veto, dado que os mesmos ferem princípios constitucionais e não estão sendo analisados na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - **Aprovado o projeto, em 3.ª discussão, do Deputado Paulo Maia.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que torna obrigatória a instalação de incinerador nos hospitais da rede pública e privada do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **-Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos, portadores de deficiências e gestantes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 090/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que dispõe sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 anos, no Estado do Paraná. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C.. **-Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/92, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cruzeiro do Sul, as áreas de terra conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/92, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Santa Izabel do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **-Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/92, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI e ALCEU SWAROWSKI, que determina a pesagem obrigatória de botijão e cilindro de gás liquefeito de Petróleo - GLP à vista do consumidor e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE
PLENARIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 298/92

Art. 1º - É obrigatória a pesagem, pelos estabelecimentos que comercializarem -GLP- Gás Liquefeito de Petróleo, à vista do consumidor, por ocasião da venda de cada botijão ou cilindro entregue e também do recolhido, quando procedida à substituição.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no "Caput" deste artigo, os Postos Revendedores de GLP, bem como os veículos que procedem a distribuição a domicílio, deverão portar balança apropriada para esta finalidade.

Art. 2º - Verificada diferença a menos entre o conteúdo e a quantidade líquida especificada no botijão ou cilindro, o consumidor terá direito a receber, no ato do pagamento, abatimento proporcional ao preço do produto.

Art. 3º - Caso se constate, na pesagem do botijão ou cilindro que esteja sendo substituído, sobra de gás, o consumidor será ressarcido da importância correspondente, através de compensação no ato do pagamento do produto adquirido.

Parágrafo 1º - Para efeito de compensação, serão desconsideradas as sobras superiores à 5% (cinco por cento) nos botijões de 13 quilogramas, e a 15% (quinze por cento), nos cilindros de 45 quilogramas e 90 quilogramas, respectivamente.

Parágrafo 2º - Se a sobra ocorrer por defeito do vasilhame ou por falta no processo de distribuição, não haverá limite para a devolução do produto não consumido.

Art. 4º - Os botijões e cilindros, na forma do Código de Defesa do Consumidor, deverão conter especificação, em lugar visível, sobre o peso da embalagem e o peso líquido do produto envasilhado.

Parágrafo Único - Os Postos Revendedores de GLP-Gás Liquefeito de Petróleo - deverão exibir em local visível para o público, a tabela de preços de venda ao consumidor, a qual deverá ser mostrada, quando solicitada, na entrega a domicílio.

Art. 5º - Na falta de equipamento para a pesagem, o abatimento pela sobra do pro-

duto fica fixado em 2% (dois por cento) sobre o conteúdo do líquido e preço cobrado pelo botijão de 13 quilogramas (P-13), e de 8% (oito por cento) sobre o conteúdo líquido e preço cobrado, respectivamente, por cilindro de 45 quilogramas (P-45) e de 90 quilogramas (P-90).

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Rossoni, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Martins e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Sabido nesta Casa o posicionamento do signatário do presente plano de lei, em defesa do consumidor, no que tange à comercialização do Gás Liquefeito de Petróleo, produto conhecido como GLP.

Por outro lado, o uso de gás liquefeito, hoje consumido na maior parte das residências do País e do nosso Estado, afeta diretamente os orçamentos domésticos.

Ficou perfeitamente demonstrado, em procedimento judicial promovido pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, que, nas embalagens usadas para a venda do produto, sempre há uma sobra, impossível de ser utilizada pelo consumidor.

Assim, o IPEM - Instituto de Pesos e Medidas do Paraná, constatou que esta sobra, aparentemente pequena, atinge valores consideráveis se procedida à somatória do produto devolvido SEM QUALQUER RESSARCIMENTO aos estabelecimentos que o comercializam, conforme Quadro Demonstrativo constante da petição acima mencionada.

Tendo em vista o relevante interesse público despertado pela matéria, o vizinho Estado do Rio Grande do Sul, partindo de elementos colhidos no Ministério Público do Paraná, através de iniciativa parlamentar, disciplinou a pesagem do -GLP Gás Liquefeito de Petróleo através de legislação estadual. A legalidade da iniciativa do presente projeto de lei, tem amparo no artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal e seus parágrafos, combinado com o artigo 53, inciso XVII da Constituição do Estado do Paraná.

A perda dos conjuntos residenciais, torna-se ainda maior, quando se sabe que o preço cobrado pelo gás acondicionado nos cilindros, injustificadamente, é bem maior que o quilograma do produto vendido nos botijões.

Esclarecemos, ainda, que o desconto padrão aplicado no artigo 5º é inferior, proporcionalmente, à média das sobras encontradas em todos os recipientes vistoriados pelo IPEM, e tem como objetivo evitar a aplicação da lei, sob pressuposto da

impossibilidade da imediata adaptação dos estabelecimentos e veículos para a pesagem obrigatória.

Para isso, estabeleceu-se, no artigo 6º, "vacatio legis" de 30 (trinta) dias, prazo que entendemos suficiente para o aparelhamento dos revendedores, vez que a justiça, através, de liminar já obrigou a tomar as providências necessárias.

É dispositivo das portarias número 98, de 02.09.92, a obrigatoriedade da exibição da tabela de preços do GLP pelos Postos Revendedores do produto, segundo o ministério da economia.

Para evitar prováveis abusos que poderiam ocorrer nas datas próximas aos reajustes de preços, segundo argumentos dos Postos Revendedores, a devolução das sobras ficará limitada a 5% (cinco por cento), quando se tratar de botijões de 13 quilogramas, e 15% (quinze por cento), quando se tratar de cilindros de 45 quilogramas e 90 quilogramas, respectivamente, e sem limite somente nos casos de defeito do vasilhame ou falha no processo de distribuição.

Com os doutos suprimentos dos integrantes desta Casa, confiamos seja **APROVADO** o presente plano de lei. **O Projeto vai à Comissão, para apreciação da C.C.J., do Substitutivo Geral.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/92, de autoria do PODER EXECUTIVO Mensagem nº 88/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.400.000.000,00 (treze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.D. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Anotado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 78/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00 (vinte e sete bilhões e seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 87/92, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, no valor de Cr\$ 358.000.000,00

(trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 85/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 86/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.369.788.000,00 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/92, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza, que criou o CODESUL e o BRDE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/92

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de outubro de 1992, entre os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, de ratificação e de retificação de atos constitutivos do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que, pelo citado Convênio passaram a denominar-se, respectivamente, Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e Banco Regional de Desenvolvimento e Integração (BRDI).

Art. 1º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Apoio: João Arruda, João Iensen, Her-
mas Brandão, Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Na mensagem governamental e no convênio anexo, consta a necessidade de aprovação deste que além de alterar a denomina-

ção do CODESUL, de Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, para Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul, alterou também a denominação do BRDE, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, para BRDI, Banco Regional de Desenvolvimento e Integração, bem como inclui o Estado do Mato Grosso do Sul.

Encaminhe-se às Comissões.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 82/92, que autoriza a transferência do saldo de recursos do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado do Pr. - FAE - PR, na data base de 07/07/92, em participação acionária do Governo do Estado do Paraná na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145 de 20.10.92 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 284/92

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 82/92, tem por finalidade autorizar a transferência do saldo de recursos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE - PR, na data base de 07/07/92, em participação acionária do Governo do Estado do Paraná na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 284/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 82/92, o presente plano de lei tem por objetivo, autorizar a transferência do saldo de recursos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná FAE-PR, na data base de 07/07/92, em participação acionada Governo do Estado do Paraná na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Analisada a referida proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável. Esta Comissão ao examinar a matéria, concluiu não existir óbices de qualquer natureza à sua tramitação normal.

Isto posto opinamos favoravelmente à

APROVAÇÃO deste projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 284/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 82/92, autoriza a transferência do saldo de recursos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE - PR, na data base de 07/07/92, em participação acionária do Governo do Estado do Paraná na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

A iniciativa atende às disposições constitucionais e legais atinentes à matéria tributária.

Posto isso somos de parecer FAVORAVEL à APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 80/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 20.10.92 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 286/92

P A R E C E R:

Originária da Mensagem Governamental nº 80/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com material de consumo e outros serviços e encargos, na atividade de administração geral do D.E.R.

Da análise proferida, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou óbice algum que pudesse impedir a normal tramitação do referido plano de lei por esta Casa.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer FAVORAVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
MARIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 286/92

P A R E C E R:

Em análise do Projeto de Lei nº 286/92, oriundo da Mensagem Governamental nº 80/92, o qual visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes para atender a administração Geral do D.E.R. - Departamento Estradas e Rodagem, verificou-se que o mesmo foi aprovado pela C.C.J. por se apresentar corretamente disposto.

Esta Comissão de Finanças verificando os aspectos técnicos e primando pela identificação da fonte a ser suprimida, entende nada impedir a continuidade de sua tramitação e emite parecer favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 286/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 80/92, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com material de consumo e outros serviços e encargos, na atividade de administração geral do DER.

Ao indicar para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, consoante específica, a iniciativa atende às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Posto isto, somos de parecer FAVORAVEL à APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 92/92, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 630.000.000,00 (seiscentos e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa do Estado. Com PARECER FAVORAVEL da Comissão Executiva. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 156, de 04.11.92).**

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 319/92

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 92/92, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 630.000.000,00 (seiscentos e trinta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas de Subvenção Social da Assembléia Legislativa do Estado.

Como informa a Mensagem Governamental, os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão e como não existe óbice legal ou constitucional, somos pelo Parecer FAVORAVEL à normal tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.11.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre a mesa, Requerimento nº 1705-A, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1705-I, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1705-D, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Gostaríamos que fosse informado ao Plenário qual a súmula desse Projeto e também quais as razões, porque motivo ele foi retirado da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa retorna ao Parlamentar que subscreveu o Requerimento para que indique qual é e do que se trata este Projeto de Lei. **Ao autor para indicar a súmula do Projeto.**

Requerimento nº 1705-B, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1705-C, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1705-E, de autoria do Senhor Deputado Rosinha, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para discutir) - A

Mesa recebe como sugestão, não coloca em votação o referido Requerimento.

Para encaminhar como sugestão.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente.

Requerimento semelhante foi apresentado e aprovado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Cada Parlamento tem a decisão a sua maneira, nós entendemos que este requerimento não cabe à Assembléia Legislativa aprová-lo e sim apenas encaminhá-lo como uma sugestão proposta por Vossa Excelência.

O SR. DR. ROSINHA - Gostaria que ao pedido do Deputado Orlando Pessuti, fosse levado em consideração e amanhã nós entraríamos no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Como o Requerimento não tem discussão, não tem porque o Deputado Orlando Pessuti manter a sua posição para discutir, ser enviado em forma de sugestão, portanto, não se transfere a discussão, porque não há discussão do Requerimento.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação se a Mesa deve ou não receber como Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - E uma posição da Mesa, Deputado Doutor Rosinha, tem sido essa a posição da Mesa em Requerimentos idênticos a este. **Encaminhe-se na forma de sugestão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284/92, 286/92 e 319/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e dois, reu-

niuiu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Paulo Maia, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Hermas Brandão, Lygia Pupatto, Emilia Belinati, Toti Colaço, Mário Bezerra, Antônio Costenaro Neto, Nelson Justus, Plauto Guimarães e Oswaldo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 259/92 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORAVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 267/92 de autoria da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORAVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 3) Proposição Veto nº 95/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer FAVORAVEL da Deputada Lygia Pupatto - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 275/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORAVEL da Deputada Lygia Pupatto - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 273/92 de autoria do Deputado João Iensen. A Deputada Relatora Lygia Pupatto, requer diligência - Deferido; 6) Proposição Veto nº 94/92 do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de Lei nº 249/92, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná. Parecer FAVORAVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 278/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORAVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 8) Proposição Veto nº 93/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 277/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORAVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. O Deputado Paulo Maia faz uso da palavra para lembrar aos Deputados que a Mensagem Governamental referente ao reajuste dos salários do funcionalismo público ainda não chegou a esta Casa de Leis e que a sua Bancada não mais votará mensagens de "afogadilho". O Deputado Erondy Silvério explica que não há base legal para se fazer cobranças, mas que entrará em contato com o Senhor Secretário da Administração. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

ERONDY SILVERIO - Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro de um

mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião, a Comissão de Saúde Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado LUIZ ANTONIO SETTI. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 424/91, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho e outros. Relator Cleiton K. Crisóstomo. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

(aa) DEPUTADO LUIZ ANTONIO SETTI
Presidente
RICHARD RUPPEL SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA—
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1992, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Guimarães, Hermas Brandão, Colombino Grassano, Arlindo Troian, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino e Toti Colaço. Passou-se à Ordem do Dia, após o Senhor Presidente colocar a ata da sessão anterior em discussão e votação - APROVADA. Foram relatados os seguintes Projetos: 1) Projeto de Lei nº 289/92, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORAVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO. O Deputado Colombino Grassano manifesta a sua estranheza com relação ao procedimento tomado pela Mesa Executiva quanto a este Projeto, por fazer parte da Ordem do Dia da Sessão de Plenário com parecer da Comissão e não ter sido relatado em nenhuma reunião. O Deputado Ovídio Constantino também acha estranho e diz que a Comissão deve tomar providências, uma vez que houve desrespeito para com esta; 2) Projeto de Lei nº 271/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORAVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 263/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 4) Projeto de Lei nº 175/92, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 300/92, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORAVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 6) Projeto de

Lei nº 301/92, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL com Emenda, do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 299/92, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL com Emenda, do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 304/92 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 303/92, do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 307/92, da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 305/92, da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 288/92 de autoria da Deputada Lygia Pupatto e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 290/92, dos Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Lygia Pupatto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 272/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 281/92, de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 268/92, de autoria do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 285/92, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 284/92 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 19) Projeto de Lei nº 143/92, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 258/92, de autoria do Deputado Nei-vo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 283/92, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 279/92, de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 306/92, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária